

# Dívida: Sarney pode mobilizar população.

<sup>Externa</sup>  
O governo pensa nesta estratégia para alcançar dois objetivos: forçar os credores externos a um acordo e obter mais votos nas eleições de novembro.

O governo já alinhou várias medidas e iniciativas para encaminhar a questão da dívida externa, que deverão ser postas em prática quando considerar significativos os sinais de descrédito do Plano Cruzado junto à população. Reunidas num dossiê intitulado "Alternativas de Opinião Pública", as medidas visarão estimular o sentimento nacionalista, de modo a pressionar indiretamente os credores internacionais no sentido de um tratamento político da dívida, cuja base se centraria em dois conceitos: soberania nacional e rejeição à recessão. De quebra, o Planalto espera obter um fortalecimento da Aliança Democrática nas eleições para a Constituinte.

Preparado por várias correntes do governo que defendem uma retórica nacionalista na questão da dívida externa, o dossiê adverte para a necessidade de manter o tema aquecido no momento em que o plano de estabilização da economia apresentar os primeiros sinais de exaustão. O documento tem sete pontos, que, segundo fontes do governo, foram levados pelos ministros Dílson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, às reuniões com os credores internacionais, em Washington. Eis um resumo deles, obtido com exclusividade pelo Jornal da Tarde.

1) A base retórica da estratégia do governo deve repousar sobre o conceito de soberania e de não à recessão, enfatizando que as transferências para o Exterior não podem continuar sendo de 4 a 5% do PIB. Essa retórica deve ter como suporte que o Brasil está negociando diferentemente, garantindo investimentos, inclusive os externos, e suas opções de crescimento econômico;

2) Um dos elementos dessa retórica pode



estar em Cartagena, em ação concertada em termos de América Latina, ainda que, concretamente, negociando sozinho;

3) Insistir na redução da taxa de risco (spread) em todo o estoque da dívida, e não apenas na parcela renovada. Segundo o documento, há espaço para o Brasil estabelecer condições bem favoráveis,

mesmo porque em alguns centros financeiros dos Estados Unidos já se fala em eliminar totalmente o spread cobrado;

4) Garantir aos credores que não haverá discussão sobre a legitimidade/legalidade da dívida, permitindo ao Brasil operar sobre prazos de pagamentos e de carência, alongando o perfil do débito;

5) Não mais insistir — por também não empolgar — na discussão que exclui o FMI das negociações e a presença de comissões técnicas do Fundo no Brasil;

6) No movimento de mobilização de opinião pública, o governo deve procurar os pontos atraentes, abandonando outros, como o acordo atualmente em andamento com os bancos privados, por não ter "nenhum gancho que possa torná-lo vendável à opinião";

7) Para o governo, torna-se atraente vender algumas idéias consideradas radicais mesmo por algumas correntes, mas que podem ser encampadas posteriormente. Uma delas — citada textualmente — é a dívida velha passar a ser renegociada com taxas inferiores ao mercado e a dívida nova por taxas de mercado. O documento diz que este ano o aumento de reservas deverá ser expressivo — US\$ 1 bilhão —, fortalecendo, juntamente com o Plano Cruzado, o poder de barganha do Brasil.